



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico nº 47/2019

PROCESSO nº 23346.000591.2019-28

1. DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de Futura de Medicamentos Veterinários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Item	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	292402	Aminofilina. Broncodilatador. Ampola com 10 mL. Concentração 24mg/mL. Solução Injetável intravenosa/intramuscular. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Ampola	200	R\$ 1,53	R\$ 306,00
2	354315	Amoxilina. Amoxicilina 1g + Acido Clavulônico. Antibiótico. Frasco ampola contendo 200MG. Pó liófilo para solução injetável. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Unidade	10	R\$ 40,08	R\$ 2.040,00
3	394088	Bicarbonato de sódio. Basidificante. Frasco 250 mL. Concentração de 8,4%. Utilizado pela via intravenosa. Produto deve ser registrado na	Frasco	190	R\$ 31,10	R\$ 5.909,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.				
4	442693	Cefazolina sódica. Antibiótico. Frasco-ampola contendo 1g em pó para solução injetável. Utilizado pelas vias intramuscular e/ou intravenosa. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Ampola	200	R\$ 15,32	R\$ 3.064,00
5	269960	Cefoxitina. Antibiótico. Caixa com 50 unidades. Concentração de 1g cada envelope. Utilizado pela intravenosa. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Caixa	1000	R\$ 16,33	R\$ 16.330,00
6	271950	Citrato de fentalina. Analgésico. Ampolas 5 ml cada. Concentração de 50 mcg/ml. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Ampolas	500	R\$ 3,84	R\$ 1.920,00
7	267162	Cloreto de potássio. Repositor eletrolítico. Ampola com 10 ml. Concentração de 19,1%. Utilizado pela via intravenosa. Produto	Ampola	500	R\$ 0,60	R\$ 300,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.				
8	267310	Cloridrato de metoclopramida. Antiemético. Ampola de 2 mL. Concentração de 5mg/mL. Utilizado pelas vias intravenosa e intramuscular. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Unidade	800	R\$ 0,80	R\$ 640,00
9	268501	Cloridrato de nalbufina. Analgésico. Ampola de 1mL. Concentração de 10mg/mL. Utilizado pelas vias subcutânea, intravenosa e/ou intramuscular. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Unidade	100	R\$ 24,74	R\$ 2.474,00
10	272326	Cloridrato de naloxona. Antagonista de opióide. Ampola de 1mL. Concentração 0,4mg/mL. Utilizado pela via intravenosa. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Unidade	100	R\$ 9,62	R\$ 962,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



11	268504	Cloridrato de ondansetrona. Antiemético. Ampola de 4mL. Concentração de 2mg/mL. Utilizado pelas vias intravenosa e/ou intramuscular. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Unidade	350	R\$ 1,16	R\$ 406,00
12	267735	Cloridrato de ranitidina. Protetor gástrico. Ampola de 2 mL. Concentração de 50mg/2mL. Utilizado pela via intravenosa intramuscular. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Unidade	500	R\$ 8,06	R\$ 4.030,00
13	448285	Detergente enzimático. Galão de 5 litros. Limpador enzimático. Utilizado para desinfecção de materiais. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Unidade	50	R\$ 88,91	R\$ 4.445,50
14	267194	Diazepam. Ansiolítico. Ampola de 10 mL. Concentração de 5mg/mL. Utilizados pelas vias intravenosa e intramuscular. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no	Ampola	300	R\$ 1,77	R\$ 531,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.				
15	453170	Enrofloxacin. Antibiótico. Ampola de 20 mL. Concentração de 5%. Utilizado pela via intramuscular e/ou intravenosa. Produto deve ser registrado na ANVISA ou MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frasco	100	R\$ 17,75	R\$ 1.775,00
16	300725	Fenobarbital sódico. Anticonvulsivo. Ampola com 2 mL. Frasco na concentração de 100 mg/mL; utilizado pela via intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frasco	350	R\$ 5,72	R\$ 2.002,00
17	269388	Fosfato de dexametasona. Anti-inflamatório, analgésico. Frasco contendo 2,5mL, na concentração de 4 mg/mL; utilizado pela via intramuscular ou intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frasco	800	R\$ 19,34	R\$ 15.472,00
18	367666	Furosemida. Diurético. Ampola contendo 2 mL. Concentração de 10 mg/mL; utilizado pela via	Frasco	800	R\$ 2,28	R\$ 1.824,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.				
19	307034	Glicerina. Higienização. Frasco contendo 1000 mL, devendo conter em sua formulação glicerina bidestilada mínimo 2%, ativo mínimo do produto 15%. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frasco	100	R\$ 69,89	R\$ 6.989,00
20	272796	Heparina sódica. Anticoagulante. Frascos com 5 mL; caixa com 25 ampolas. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Ampola	200	R\$ 22,24	R\$ 4.448,00
21	268498	Metronidazol. Antibiótico. Frasco de 100 mL. Concentração de 5 mg/mL; utilizado pela via intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frascos	100	R\$ 33,55	R\$ 3.355,00
22	267713	Omeprazol sódico. Protetor gástrico. Frasco de 10 mL. Concentração de 40 mg/mL; utilizado	Frasco	250	R\$ 21,47	R\$ 5.367,50



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		pela via intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.				
23	308877	Sevoflurano. Anestésico inalatório. Frasco de 250 mL na concentração de 1 mg/mL; utilizado pela via inalatória. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frasco	50	R\$ 648,33	R\$ 32.416,50
24	455264	Solução degermante de gluconato de clorexidine. Concentração 2%. Utilizado pela via tópica. Frasco deve conter 1 litro. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frasco	180	R\$ 42,14	R\$ 7.585,20
25	444051	Solução aquosa de digluconato de clorexidina. Concentração 2%. Frasco deve conter 1 litro. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frasco	50	R\$ 42,86	R\$ 2.143,00
26	448699	Solução injetável de cloreto de sódio. Repositor eletrolítico.	Unidade	300	R\$ 11,67	R\$ 3.501,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		Frasco de 100ml. Concentração de 5% de glicose + 0,9% de cloreto de sódio. Utilizado pela via intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.				
27	448699	Solução injetável de cloreto de sódio. Repositor eletrolítico. Frasco de 500ml. Concentração de 0,9% de cloreto de sódio. Utilizado pela via intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Unidade	800	R\$ 11,42	R\$ 9.136,00
28	450541	Solução injetável de glicose. Para estabilização de glicemia. Ampola contendo 10 mL, concentração de 500 mg/mL; utilizado pela via intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Ampola	1000	R\$ 11,17	R\$ 11.170,00
29	352192	Solução Ringer. Fluidoterapia. Frasco contendo 250 mL, utilizado pela via intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A	Unidade	500	R\$ 7,74	R\$ 3.870,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.				
30	303292	Solução ringer associado a lactato. Fluidoterapia. Bolsas contendo 500 mL; utilizado pela via intravenosa . O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Unidade	800	R\$ 8,22	R\$ 6.576,00
31	398706	Solução tópica iodopovidona. Antisséptico; degermante. Frascos contendo 1000 mL; na concentração de 100 mg/mL, utilizado pela via tópica. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frasco	100	R\$ 34,32	R\$ 3.432,00
32	342134	Succinato de hidrocortisona. Antiinflamatório . Frasco-ampola contendo 500 mg cada. Diluente em ampola de 4 ml cada. Utilizado pela via intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frascos	100	R\$ 12,65	R\$ 3.795,00
33	418748	Sulfato de gentamicina. Antibiótico Ampola na	Ampola	100	R\$ 20,73	R\$ 2.073,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



		concentração de 80 mg/mL; Ampola de diluente contendo 2 ml cada. Utilizado pela via intramuscular. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.				
34	450541	Solução intravenosa glicofisiológica. Frasco contendo 500 mL na concentração de 50 mg/mL; utilizado pela via intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Frascos	500	R\$ 6,44	R\$ 3.220,00
35	278261	Tiopental. Anestésico. Frasco contendo 1grama do princípio ativo. Utilizado pela via intravenosa. O produto deve possuir registro na ANVISA ou no MAPA. A validade do produto no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% do prazo de validade total do produto.	Unidade	200	R\$ 63,14	R\$ 12.628,00
Valor Total R\$						R\$ 185.144,70

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as



quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. Muitas vezes o sistema (SIDEC) através do qual são lançados os produtos constantes neste Termo de Referência para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores não possui descrição compatível com as do produto a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. **Deve ser considerada sempre a descrição completa dos produtos, constante neste Termo de Referência.**

1.6. A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item.

1.7. A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, **incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.**

1.8. Serão aceitos somente itens que tenham sua descrição completa. Descrição incompleta será entendida como em desacordo com o solicitado.

1.9. O Pregoeiro poderá solicitar que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **08 (oito) dias úteis** contados da solicitação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Campus Muzambinho, encontra-se em processo de criação do curso de Medicina Veterinária desde agosto de 2014. Para atender as demandas do curso, várias edificações estão sendo construídas, alguns laboratórios estão sendo criados e outros já estão disponíveis para uso, além dos setores de produção que estão em atividade há muitos anos. O curso está no seu nono período e muitas disciplinas já estão sendo ministradas em seus laboratórios. Entre elas destaca-se a "Anestesiologia Veterinária", "Semiologia Veterinária", "Técnica Cirúrgica I", "Clínica Médica de Grandes Animais I e II", Clínica Médica de Pequenos Animais I e II, "Técnica Cirúrgica Veterinária II", "Cirurgia de Pequenos Animais", "Cirurgia de Grandes Animais", "Obstetrícia Veterinária", "Prática Hospitalar I" e "Prática Hospitalar II". Para que as atividades práticas aconteçam, será necessária a aquisição de materiais específicos de cada área, que possibilitarão o ensino de qualidade e o cumprimento dos objetivos propostos no Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária. **Os materiais relacionados neste processo já fizeram parte do pregão 35/2019**, entretanto, foram cancelados na aceitação ou não houveram fornecedores interessados. Portanto, solicita-se a realização de um novo pregão para **registro de preços** de forma a garantir celeridade e eficiência no momento da aquisição, garantindo a qualidade nos serviços prestados aos cidadãos.



3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do Art. 1º da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (TRINTA) dias, contados do apartir do recebimento da nota de empenho, conforme quantidades estipuladas no empenho, no seguinte endereço ALMOXARIFADO DO IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO situada na Estrada de Muzambinho KM 35 – Bairro Morro Preto, Muzambinho – MG, CEP: 37.890-000;

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 15 (quinze) (dias), ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de, a partir da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



10. DO PAGAMENTO

- 10.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o



Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:



- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 12.1.5. cometer fraude fiscal;
- 12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 12.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 12.2.2. multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 12.2.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 12.2.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 12.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
 - 12.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 12.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



- 12.4.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.4.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 12.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.9.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 12.10.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.11.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 13.1** Está estimado o custo total de **R\$ 185.144,70 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL, CENTO E QUARENTA E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS).**
- 13.2** O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, conforme o caso.

14. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 14.1** O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Coordenador do Curso de Medicina Veterinária, auxiliado pela “Setor de Compras, Contratos e Convênios”, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

Muzambinho – MG, 30 de outubro de 2019.

De acordo:

Zélia Dias de Souza
Diretora de Administração e Planejamento

Aprovo:

Renato Aparecido de Souza
Diretor-Geral